

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
LIÇÃO I – HISTÓRIA E FUNDAMENTO DO FENÓMENO JURÍDICO SUCESSÓRIO	7
INTRODUÇÃO	9
1. Evolução histórica do direito das sucessões	9
2. O fundamento da sucessão	14
2.1. O fundamento do fenómeno sucessório	14
2.1.1. A justificação jurídica da sucessão “mortis causa”	14
2.1.2. Fundamento último da sucessão	15
2.2. O fundamento do quadro familiar do fenómeno sucessório	16
LIÇÃO II – CONCEITO DE SUCESSÃO	19
INTRODUÇÃO	21
1. A sucessão como aquisição derivada translativa	21
1.1. Conceito de sucessão	21
1.2. Aquisição derivada translativa	22
2. “Sucessão” e “aquisição”: compreensão da sucessão “mortis causa” à luz do conceito romanista de “sucessão”. Distinção entre herdeiro e legatário	23
2.1. O conceito romano de sucessão (“mortis causa”)	23
2.1.1. O critério legal da sucessão “mortis causa”	24
2.2. Critério legal da distinção entre herdeiro e legatário	25
LIÇÃO III – DIREITO DAS SUCESSÕES NO TEMPO E NO ESPAÇO	27

LIÇÃO IV – AS VÁRIAS ESPÉCIES DE SUCESSÃO POR MORTE: SUCESSÃO LEGÍTIMA; SUCESSÃO LEGITIMÁRIA; SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA; SUCESSÃO CONTRATUAL.	
AS FONTES DO DIREITO DAS SUCESSÕES	33
INTRODUÇÃO	35
1. As várias espécies de sucessões por morte	35
1.1. Descrição sumária das espécies de sucessão por morte	35
1.1.1. Sucessão contratual	36
1.2. A família como modelo da sucessão por morte	47
1.3. Regimes de bens dos cônjuges e sucessão	49
1.4. O papel da Mulher	49
2. Fontes do Direito das Sucessões	49
2.1. Fontes de Direito Civil	49
2.2. Fontes “não civis”	49
LIÇÃO V – A MORTE COMO PRESSUPOSTO DA SUCESSÃO	51
INTRODUÇÃO	53
1. A morte	53
1.1. Noção de morte: como facto natural; como facto jurídico	53
1.2. A morte como determinante da abertura da sucessão.	
Sucessão das pessoas coletivas	57
1.2.1. Sucessão das pessoas coletivas	57
2. Prova da morte	58
2.1. Morte presumida	58
2.2. Comoriência	59
LIÇÃO VI – O PROCESSO SUCESSÓRIO	61
INTRODUÇÃO	63
1. Descrição das diversas fases do processo sucessório	63
2. Análise dos momentos necessários do processo sucessório	64
2.1. Vocação sucessória	64
2.2. Devolução sucessória	65
2.3. Herança jacente	65
2.4. Partilha da herança	65
2.5. Cálculo da legítima	66
2.6. Testamento	66

LIÇÃO VII – ABERTURA DA SUCESSÃO. DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA. VOCAÇÃO SUCESSÓRIA	69
INTRODUÇÃO	71
1. Abertura da sucessão	71
1.1. Conceito de abertura da sucessão	71
1.2. Momento e lugar da abertura da sucessão	71
1.2.1. Momento da abertura da sucessão. Seu significado	71
1.2.2. Lugar da abertura da sucessão	72
2. Vocação e designação sucessórias	73
2.1. Designação sucessória	73
2.2. Vocação sucessória	75
2.2.1. Títulos da vocação sucessória	75
LIÇÃO VIII – CONSISTÊNCIA DA DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA	77
INTRODUÇÃO	79
1. Sucessão testamentária e sucessão legítima	79
2. Sucessão legitimária	80
LIÇÃO IX – PRESSUPOSTOS DA VOCAÇÃO	83
INTRODUÇÃO	85
1. Prevalência da designação sucessória	85
2. Existência e capacidade sucessória do chamado	85
2.1. Existência do chamado: o chamado já há-de existir no momento da vocação: o início da personalidade jurídica	85
2.2. Natureza jurídica da vocação dos nascituros	89
2.3. A jurisprudência: acórdão do STJ de 3 de Abril de 2014 (relator Álvaro Rodrigues)	90
2.4. Natureza jurídica da vocação dos concepturos	96
LIÇÃO X – PRESSUPOSTOS DA VOCAÇÃO: CAPACIDADE SUCESSÓRIA	99
1. Capacidade sucessória	101
1.1. Momento de referência da capacidade sucessória	102
2. Incapacidade sucessória	103
2.1. Sucessão legítima e sucessão testamentária	104
2.2. Incapacidade das pessoas coletivas	105

2.3. Incapacidades na sucessão legitimária	106
2.4. Declaração de indignidade; deserdação	107
2.5. Reabilitação do indigno e do deserddado	109

LIÇÃO XI – MODOS DE VOCAÇÃO 111

INTRODUÇÃO 113

1. Vocação pura e simples, vocação condicional, vocação una e múltipla	113
2. Vocação direta e indireta, originária e subsequente	115
2.1. Direito de representação	115
Noção	115
2.1.1. Fundamento do direito de representação	116
2.1.2. Pressupostos do direito de representação	117
2.1.2.1. Sucessão legal	117
2.1.2.2. Sucessão testamentária	118
2.1.3. Distinção de figuras próximas	118
2.1.3.1. Distinção da representação na prática de atos jurídicos	118
2.1.3.2. Distinção da transmissão do direito de aceitar	119
2.1.3.2.1. Transmissão do direito de aceitar: caracterização	119
2.1.3.2.2. Distinção da transmissão do direito de aceitar	120
2.1.4. Âmbito do direito de representação	121
2.1.4.1. Desigualdade de graus sucessórios	121
2.1.4.2. Igualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes	121
2.1.4.2.1. Desigualdade do número de membros de cada estirpe	122
2.1.4.2.2. Igualdade de número de membros de cada estirpe	122
2.1.4.2.3. Um único membro de cada estirpe	123
2.1.4.3. Uma estirpe com um só membro	123
2.2. Substituição direta	123
2.3. Direito de acrescer	124
2.3.1. Natureza jurídica do direito de acrescer. Direito de acrescer e direito de não decrescer	125

LIÇÃO XII – CONTEÚDO DA VOCAÇÃO SUCESSÓRIA E OBJETO DA DEVOLUÇÃO SUCESSÓRIA 127

INTRODUÇÃO 129

1. Conteúdo da vocação sucessória	129
1.1. Posição jurídica atribuída ao chamado	129

1.2. Caracterização do direito de aceitar ou de repudiar	131
2. Objeto de devolução sucessória	131
2.1. Princípio geral	131
2.2. Classes de intransmissibilidade	131
2.2.1. Intransmissibilidade natural	131
2.2.2. Intransmissibilidade legal	132
2.2.3. Intransmissibilidade negocial	133

LIÇÃO XIII – OBJETO DA DEVOLUÇÃO SUCESSÓRIA. HEREDITABILIDADE DO DIREITO DE INDEMNIZAÇÃO	135
INTRODUÇÃO	137

1. Indemnizabilidade dos danos patrimoniais e não patrimoniais e hereditabilidade do respetivo direito	137
1.1. Indemnizabilidade dos danos patrimoniais e hereditabilidade do respetivo direito	137
1.2. Indemnizabilidade dos danos não patrimoniais e hereditabilidade da respetiva indemnização	138
2. O problema da indemnizabilidade do dano da morte, e da hereditabilidade do respetivo direito de indemnização	138
2.1. A indemnizabilidade do dano da morte	138
2.1.1. A vida	138
2.1.2. O direito ao respeito da vida	140
2.2. O dano da morte	141

LIÇÃO XIV – INDEMNIZAÇÃO DO DANO DA MORTE. HEREDITABILIDADE DA INDEMNIZAÇÃO DO DANO DA MORTE	143
1. Indemnizabilidade do dano da morte	145
1.1. Indemnizabilidade do dano da morte “de iure constituendo”	145
1.2. A indemnização do dano da morte “de iure constituto”	148
1.3. O cálculo da indemnização	149
2. Hereditabilidade da indemnização pelo dano da morte. O enquadramento técnico-jurídico da indemnização e da sua hereditabilidade	151

LIÇÃO XV – HERANÇA JACENTE E AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA	161
INTRODUÇÃO	163
1. Natureza jurídica da herança	163
2. Herança jacente	164
2.1. Administração da herança jacente	165
2.2. Personalidade judiciária da herança jacente	165
2.3. Processo cominatório de aceitação ou de repúdio	166
3. Aquisição sucessória: aceitação e repúdio da herança	166
3.1. Aceitação da herança	166
3.1.1. Natureza jurídica da aceitação	167
3.1.2. Espécies de aceitação	167
3.1.3. Transmissão do direito de aceitar	169
3.1.4. Caducidade do direito de aceitar	170
3.2. Repúdio da herança	170
3.2.1. Natureza jurídica do repúdio	170
3.2.2. Forma do repúdio	171
LIÇÃO XVI – A AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA E A ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA	173
1. A qualidade de sucessor	175
2. A petição da herança	177
3. A administração da herança	178
3.1. O cabeça-de-casal	178
3.2. As funções do cabeça de casal	179
3.3. O testamenteiro	182
4. A aquisição sucessória e a alienação de herança	184
LIÇÃO XVII – OS ENCARGOS DA HERANÇA E SUA LIQUIDAÇÃO. PARTILHA DA HERANÇA	187
INTRODUÇÃO	189
1. Encargos da herança e sua liquidação	189
2. Partilha	197
2.1. Direito à Partilha	197
2.2. Conteúdo e efeitos da partilha	198
2.3. A colação como operação de partilha	199

2.3.1. O cônjuge sobrevivente e a colação	201
2.3.2. A igualação	204
LIÇÃO XVIII – SUCESSÃO LEGÍTIMA E LEGITIMÁRIA	207
INTRODUÇÃO	209
1. Sucessão legítima	209
1.1. Pressupostos	209
1.2. Ordem da sucessão legítima. Princípios gerais	210
2. Sucessão legitimária	213
2.1. Noção de legítima. Natureza jurídica da legítima	213
2.2. Sucessíveis legitimários	214
2.3. A sucessão do cônjuge	214
2.4. Cálculo da legítima: procedimento	222
2.5. Proteção da legítima	227
2.5.1. Intangibilidade da legítima	227
2.5.2. Cautela sociniana	229
2.5.3. Legado por conta e legado em substituição da legítima	230
2.5.4. Redução por inoficiosidade	231
LIÇÃO XIX – O TESTAMENTO	235
1. Noção de testamento	237
1.1. Modalidades de testamento	238
1.2. Testamento público e cerrado	238
1.3. Modalidades especiais	239
1.4. Testamento de portugueses em país estrangeiro	240
1.5. Capacidade testamentária	240
1.6. Indisponibilidades sucessórias	241
2. O testamento – falta da vontade e vícios da vontade	245
2.1. Vícios da vontade	245
2.2. Divergências entre a vontade e a declaração	246
3. Conteúdo do testamento	248
3.1. Generalidades	248
3.2. A instituição de herdeiro e de legatário	248
3.3. O legado	248
3.4. Modalidades de legados	249
3.5. A substituição pupilar e quase-pupilar	251

LIÇÃO XX – REGIME DO PROCESSO DE INVENTÁRIO JUDICIAL E NOTARIAL	253
INTRODUÇÃO	255
1. Funções do processo de inventário	255
2. Competências	256
3. Normas de competência internacional	258
4. Aplicação no tempo do novo regime jurídico	259
LIÇÃO XXI – CONT. PARTES NO PROCESSO DE INVENTÁRIO	261
1. Legitimidade para o requerimento do inventário	263
2. Representação por curador especial	264
3. Intervenção principal	265
4. Titulares de encargos da herança	265
5. Habilitação dos interessados	266
6. Patrocínio judiciário obrigatório	266
LIÇÃO XXII – O DECURSO DO PROCESSO	267
1. Incidentes do processo	269
2. Suspensão da instância	269
3. Outras questões prejudiciais	270
4. Acumulação de inventários	271
5. Exercício do direito de preferência	272
6. Exequibilidade das certidões	274
7. Inventário destinado a fazer cessar a comunhão hereditária	274
LIÇÃO XXIII – CONT. OS BENS	277
1. Relação de bens	279
LIÇÃO XXIV – O ANDAMENTO DO PROCESSO	281
1. Requerimento inicial apresentado por outro interessado	283
2. Despacho liminar e citação	283
3. Bens que não se encontrem em poder do requerente	284
4. Citação do cabeça de casal	284
5. Substituição do cabeça de casal	285

LIÇÃO XXV – TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE	287
INTRODUÇÃO	289
1. Verificação do passivo	289
2. Deliberação dos legatários ou donatários sobre o passivo	290
3. Insolvência da herança	290
4. Audiência prévia dos interessados	291
5. Redução das doações ou legados inoficiosos	294
6. Separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação de casamento	295
LIÇÃO XXVI – INVENTÁRIO NOTARIAL	297
1. Regime do inventário notarial	299
ÍNDICE GERAL	303

